

RESUMO EXECUTIVO

As políticas bancárias realmente lidam com os riscos para as pessoas e a natureza?

Este relatório analisa como as políticas de gestão de riscos ambientais e sociais dos principais bancos financiadores da extração de petróleo e gás na Amazônia não abordam totalmente os impactos adversos de seus financiamentos nas pessoas e na natureza. **Quase metade (46%) de todo o financiamento direto para operações de petróleo e gás na Amazônia é feita por apenas seis bancos - Citibank, JPMorgan Chase, Itaú Unibanco, Santander, Bank of America e HSBC.**

A maioria desses bancos afirma defender os direitos humanos e a proteção ambiental, mas, com exceção do HSBC, continua financiando operações de empresas estatais e privadas de petróleo e gás no Brasil, Peru, Colômbia e Equador. E, mesmo assim, divulgam, em seus sites, relatórios e materiais promocionais com declarações que dão a impressão de que obtêm sucesso na proteção do meio ambiente e dos direitos humanos por meio de seus processos de *due diligence*. **Este estudo indica que os bancos estão fazendo *greenwashing* de sua contribuição para os impactos adversos na Amazônia. Embora tragam a sensação de que estão protegendo a natureza e as pessoas, por meio das declarações de compromisso com as mudanças climáticas, a perda da biodiversidade e a exploração dos povos indígenas, as instituições bancárias continuam financiando operações destrutivas.**

As políticas de gestão de riscos ambientais e sociais que não eliminam alguns dos desenvolvimentos mais destrutivos de combustíveis fósseis estão deixando de responder à crise climática num momento em que a ciência deixa claro que qualquer novo projeto de combustível fóssil ameaça nossa capacidade de garantir um futuro estável. A Amazônia é a região com maior biodiversidade da Terra e lar de mais de 500 povos indígenas diferentes, no entanto, **apenas pouco mais da metade de seu território (59%) é considerada adequadamente nas estruturas de gestão de riscos ambientais e sociais dos principais financiadores de petróleo e gás da Amazônia. Quando as exclusões do HSBC em relação à Amazônia são removidas, os outros cinco bancos citados no relatório cobrem uma média de apenas 4% da Amazônia por meio de políticas de exclusões geográficas, e outros 25% por meio de filtros. Isso deixa uma média de 71% da Amazônia sem gerenciamento de risco para mudanças climáticas, biodiversidade, cobertura florestal e direitos dos povos indígenas.**

	% ÁREA EXCLUÍDA	% ÁREA COM FILTROS	% COBERTURA TOTAL DE GERENCIAMENTO DE RISCO	% SEM COBERTURA
JPMC	2%	14%	16%	84%
Citibank	2%	44%	46%	54%
Itaú Unibanco	0%	0%	0%	100%
Santander	16%	24%	40%	60%
Bank of America	0%	45%	45%	55%
Média	4%	25%	29%	71%

Tabela 1. Dos principais bancos financiadores de petróleo e gás na Amazônia, apenas o HSBC tem apólices que cobrem toda a Amazônia. Os outros cinco bancos têm políticas que deixam, em média,

71% da Amazônia sem gerenciamento adequado de riscos ambientais e sociais. Fonte: Grupo de Pesquisa Stand.earth.

Usamos uma abordagem inovadora para mapear os valores ambientais e sociais, incluindo biodiversidade, cobertura florestal, áreas protegidas e territórios indígenas. Os resultados do mapeamento indicam que, **com exceção do HSBC, nenhuma das políticas de gestão de risco dos bancos protege de maneira suficiente os principais valores ambientais e sociais na Amazônia contra o risco de impactos adversos do setor de petróleo e gás**. Por exemplo, a única exclusão do Citibank que se aplica às operações de petróleo e gás na Amazônia é sobre os locais de Patrimônio Mundial da UNESCO, que representam apenas 2% da região.

Além da falta de cobertura geográfica, este relatório revela que muitas transações financeiras são estruturadas de modo a minimizar a identificação, a categorização e a priorização dos valores ambientais e sociais nas estruturas de gerenciamento de riscos dos bancos. Para determinar se as estruturas de negócios que contornam as exclusões e triagens são comuns, foram analisadas mais de 560 transações envolvendo atividades de petróleo e gás na Amazônia por meio da base de dados [Amazon Banks Database](#) da Stand. **De acordo com a base de dados, 72% de todas as transações de financiamento de combustíveis fósseis ligadas ao petróleo e ao gás da Amazônia são estruturadas de forma a não desencadear uma *due diligence* aprimorada.**

O tipo mais predominante de transação encontrado na base de dados é o título sindicalizado com fins corporativos gerais, que representa 50% de todas as transações na base de dados. As transações de títulos sindicalizados com fins corporativos gerais normalmente não acionam as exclusões e blindagens relacionadas a projetos comuns nas políticas de riscos ambientais e sociais dos bancos, nem envolvem uma rigorosa *due diligence* deles, a menos que haja um acordo com os parceiros de sindicalização, que podem hesitar em complicar ou aumentar o custo da transação. Depois que os títulos são distribuídos, a capacidade do banco de influenciar a forma como os recursos são usados diminui significativamente, reduzindo a influência de longo prazo sobre as atividades do cliente. No entanto, essas transações permitem que o banco mantenha a conformidade com o ESRM, limite as responsabilidades, inclusive os impactos causados pelo cliente, uma vez que esses riscos estão espalhados pelo consórcio, e continue a se envolver com clientes de combustíveis fósseis para supostamente ajudá-los a mitigar os riscos climáticos, apesar da eficácia limitada da subscrição de títulos nesse contexto.

O relatório contém poderosos relatos sobre os impactos tóxicos das operações de petróleo e gás na Amazônia de organizações que representam os povos indígenas. Em 2021, por exemplo, dois oleodutos rompidos liberaram mais de meio milhão de galões de petróleo nos rios Napo e Coca, no Equador, causando graves impactos no ambiente e na saúde, que devastaram as comunidades Kichwa. No Peru, mais de 250 vazamentos de petróleo no oleoduto Norperuano ameaçaram a saúde e o bem-estar dos povos indígenas, ainda assim, os grandes bancos, como JPMorgan Chase, Santander e HSBC, financiaram a expansão de uma enorme refinaria que aumentará a demanda pelo petróleo daquela região. Ainda no Peru, na última década, a saúde e o bem-estar dos povos indígenas isolados também foram gravemente afetados pela invasão de campos de gás em seus territórios tradicionais, no entanto, até 2023, bancos como o Bank of America e o Citibank forneceram novos financiamentos para o projeto.

A Amazônia já perdeu mais de um quarto de sua área florestal, e os cientistas acreditam que a perda adicional da vegetação levará a região a um ponto de não retorno, com a função hidrológica ficando gravemente prejudicada. A coalizão Amazonia for Life, que inclui parceiros neste relatório, pede que 80% da Amazônia seja protegida até 2025 para evitar esse ponto de não retorno. **Uma parte fundamental desse trabalho é abordar o papel que um número**

relativamente pequeno de bancos comerciais desempenha no fluxo de crédito para operações de petróleo e gás na Amazônia.

Juntas, as descobertas deste relatório indicam que os bancos estão falhando em identificar e gerenciar a verdadeira escala de riscos para as pessoas e para a natureza decorrentes da extração de combustíveis fósseis, enquanto a região de maior biodiversidade da Terra está gravemente ameaçada. **Para que os bancos estejam totalmente comprometidos com os valores que afirmam defender, suas políticas devem abranger categorias mais amplas de proteção e estrutura de negócios.** Isso envolve a implementação de exclusões e triagens rigorosas que aumentem os custos das atividades de petróleo e gás, mitigando os impactos adversos da extração de combustíveis fósseis e tornando os investimentos em energia renovável mais atraentes do ponto de vista financeiro.

Para os bancos, a primeira medida é a imediata retirada das atividades de petróleo e gás da Amazônia com o objetivo de ajudar a evitar a crise do ponto de não retorno e proteger 80% da Amazônia até 2025. As instituições bancárias devem se comprometer a:

1. Não realizar novos financiamentos e investimentos em petróleo e gás
2. Acabar com os atuais financiamentos e investimentos em petróleo e gás
3. Encerrar o financiamento comercial para petróleo e gás
4. Acabar com o financiamento corporativo para comerciantes de petróleo
5. Ajustar os portfólios de financiamento para lidar com um cenário de ponto de não retorno iminente na Amazônia e apoiar a proteção de 80% da Amazônia até 2025